



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/DF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13076634/2019-CPL/SELOG/SR/PF/DF

Processo nº 08280.004670/2019-26

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**(Processo Administrativo n.º 08280.0046702019-26)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de materiais táticos e primeiros socorros, visando atender às necessidades do NO/DREX/SR/PF/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	Qtde	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Rifle de Airsoft AEG - APS - M4 Kompetitor PR 302 Blowback Blk - Cal. 6mm	150490	Unidade	5	1.559,67	7.798,35
2	Rifle de Airsoft AEGMP5 full metal elétrica	150490	Unidade	5	2.312,67	11.563,35
3	Pistola glock G17 metal propeno green gás	150490	Unidade	10	963,33	9.633,30
4	Magazine real capacidade (G36 ou M4)	150490	Unidade	15	95,00	1.425,00

5	Magazine real capacidade MP5	150490	Unidade	15	136,67	2.050,05
6	Magazine real cap. G17 propeno	150490	Unidade	30	193,67	5.810,10
7	Luva full finger	150490	Unidade	10	107,90	1.070,00
8	Green gás NTK-	150490	Unidade	72	67,74	4.877,28
9	Munição para Airsoft BBs - Spartan Premium - 0,25g com 5000 UN	150490	Unidade	10	91,33	913,30
10	Bandoleira de 2 pontos	150490	Unidade	20	91,66	1.833,20
11	Baterias Lipo para G36 ou M4	021881	Unidade	10	135,67	1.356,70
12	Baterias Lipo para MP5	021881	Unidade	10	135,67	1.356,70
13	Carregador de bateria IMAX B6	150500	Unidade	4	296,67	1.186,68
14	Máscara de proteção preta	150490	Unidade	20	165,03	3.300,60
15	Grampeadores de alta pressão, tipo pistola;	029262	Unidade	2	51,60	103,20
16	Kit limpeza para fuzis, pistolas, e espingardas calibre 12;	150490	Unidade	3	95,51	286,53
17	Alvos para treinamento de tiro colorido	150884	Unidade	1000	3,75	3.750,00
18	Alvos para treinamento de tiro silhueta	150884	Unidade	1000	2,85	2.850,00
19	Alvos para treinamento de tiro fogo central	150884	Unidade	1000	2,77	2.770,00

20	Bandoleiras elásticas em "O" para armas longa	150490	Unidade	30	31,29	938,70
21	Case para transporte de armas longas	150490	Unidade	10	2.524,72	25.247,20
22	Timer	150953	Unidade	2	38,99	77,98
23	Bateria CR123A	071819	Unidade	40	20,68	827,20
24	Parafusadeira	091057	Unidade	1	725,96	725,96
25	Bolso IFAK APH Tático Cordura 1000	150490	Unidade	15	157,00	2.355,00
26	Bandagem Israelense	135003	Unidade	40	58,71	2.348,40
27	Torniquete Tático CAT ou SOFT-T	061654	Unidade	40	274,33	10.973,20
28	Mascara RCP reutilizável	391282	Unidade	40	46,64	1.865,60
29	Pacote de Gaze com 10 unidades	269978	Pacote c/10 un.	40	0,92	36,80
30	Soro 100ml	230227	Unidade	40	3,61	144,40
31	Tesoura Ponta Romba	150865	Unidade	40	53,27	2.130,80
32	Canivete multiuso APH Socorrismo	028584	Unidade	40	115,43	4.617,20
33	Ataduras	023574	Unidade	150	4,27	640,50
34	Compressa Cirúrgica 10x15	023612	Unidade	40	3,73	149,20
35	Fita Micropore	107980	Unidade	40	8,41	336,40

VALOR GLOBAL=

R\$ 117.339,88

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Faz-se mister a aquisição dos materiais supramencionados para que os trabalhos sejam realizados de forma regular e com maior eficiência pelos servidores lotados no Núcleo de Operações da DREX/DF, tendo em vista os treinamentos continuados disponibilizados por esta Superintendência.

2.2. As atribuições do Núcleo de Operações da DREX/DF envolvem uma gama de atividades tais como cumprir mandados de prisão, levantamento de endereços, escolta de presos, operações e atendimento de demandas extraordinárias da Superintendência, conduções coercitivas, desintrusões e apoio à órgãos externos como Incra, entre outros. Assim, com o crescente avanço da criminalidade no Distrito Federal e, principalmente, com a vinda de presos importantes para a nova penitenciária de segurança máxima federal na Papuda, torna-se indispensável a busca permanente de aparato policial moderno e adequado para se desenvolverem as missões dessa área com a eficiência e eficácia que se almeja. Nesse sentido, a Polícia Federal com o objetivo de cada vez mais prestar um trabalho de alto padrão tem dado especial atenção às disciplinas que possam colaborar vividamente com um melhor desempenho e solução de eventos críticos como é o caso dos primeiros socorros em atividade policial no caso urgências e emergências médicas.

2.3. Essa SR/DF está à muito tempo desamparada, não por culpa da administração local, mas por se localizar perto de órgão centrais que, por vezes, fazem o mesmo trabalho. Seguem algumas considerações:

\* Considerando a proximidade do COT/DIREX, isso inviabiliza a efetivação de um GPI para a SR/DF e com isso, não conseguimos comprar, tampouco receber materiais operacionais como fuzis novos, miras holográficas, vestimentas padronizadas, materiais de primeiros socorros, materiais para treinamentos diversos, entre outros.

\* Considerando à proximidade dos estandes do COT e do SAT, não recebemos alvos, grampeadores, kits de limpeza de arma, etc. E em muitas vezes, temos de fazer o treinamento em estandes diversos, por não haver disponibilidade nos estandes do COT e SAT.

2.4. Ocorre que o NO/DREX é responsável pelo treinamento de todos os policiais da SR/DF e ainda contribui com os policiais de outros órgãos centrais que querem treinar. Esse ano conseguimos realizar treinos de armamento e tiro, defesa pessoal, primeiros socorros e abordagem. Sendo assim, justifico abaixo os quantitativos de materiais, conforme descrito neste termo de referência.

\* As armas de air soft, carregadores, gás, bandoleira, e todos os insumos a mais, são pra os treinamentos continuados que realizamos na SR/DF. Vale lembrar que optamos por armas semelhantes à usada no DPF para não perdemos a padronização.

\* Os grampeadores, kit de limpeza de arma, case para transporte de arma, timer e parafusadeira são todos para melhorarmos os treinamentos dos policiais e podermos evoluir nas técnicas e diminuirmos os imprevistos.

\* O bolso tático, bandagem, torniquete, gaze, soro, tesoura, canivete, atadura, alicate multiuso, compressa cirúrgica e fita micropore são para montagem de kits de primeiros socorros que serão distribuídos para os setores operacionais (só os NOs da DRE, DELEPAT e DREX já conta com cerca de 25 policiais), alguns kit, ficaram no NO para serem acautelados pelos policiais que participam das mega operações da PF e uma outra parte será utilizada em treinamentos. Alguns kits também serão colocados dentro das viaturas ostensivas para o caso de alguma urgência.

\* Os 1.000 alvos de cada modelo são para a realização dos treinamentos continuados. Vale lembrar que realizamos treinamentos de 15 em 15 dias, a média de policiais é de 30 colegas. Se conseguirmos realizar 20 treinos por ano, precisaremos de 600 alvos, lembrando que por vezes utilizamos 2 ou até 3 alvos por treinamento. Portanto, esse número nos abastecerá por no máximo 2 anos. O ideal, inclusive, seria que o nº de alvos silhueta (mais utilizado durante as aulas), que fosse aumentado para 6.000, podendo ser entregue em lotes de 2.000 por ano.

2.5. Por fim, ressalta-se que essa SR conta com cerca de 250 policiais (que necessitam de treinamento) e ainda treinamos aproximadamente 100 policiais de outras unidades centralizadas do complexo policial e até da SEDE.

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do artigo 1º, § único, da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000, e do Decreto nº 10.024/19.

## 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua convocação para retirada da Nota de Empenho, **em remessa única**, no seguinte endereço: SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul Brasília-DF, Brasília/DF, CEP 70610-902.
- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## 7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 9. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo e seus incisos da Instrução Normativa n. 1/2010 da SLTI/MPOG, a Polícia Federal, quando da aquisição de bens, deverá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- e) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento, quando for o caso;
- f) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, quando for o caso;
- g) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, quando for o caso

## 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo:

- a) trata-se de aquisição de material para **pronta entrega**, sendo que não haverá contrato.

## 13. DO PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
- $I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$
- TX = Percentual da taxa anual = 6%
- 365

#### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - 14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
  - 14.2.2. multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - 14.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
    - 14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
  - 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.3, 14.2.4 e 14.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
  - 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
  - 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 15.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 117.339,88 (cento e dezessete mil trezentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos)



**16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

16.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

**MATERIAL DE CONSUMO**

Gestão/Unidade: 0001

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 090123

Elemento de Despesa: 339030

PI: PF99900AG20

**MATERIAL PERMANENTE**

Gestão/Unidade: 0001

Fonte: 01740227

Programa de Trabalho: 172378

Elemento de Despesa: 449052

PI: PF9990APO20

Brasília-DF, 22 de janeiro de 2020.

---

**Referência:** Processo nº 08280.004670/2019-26

SEI nº 13609078